

Austral
Resseguradora S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

AUSTRAL / Re

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

Índice

Relatório da administração	3
Resumo do relatório do comitê de auditoria	5
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balanços Patrimoniais	11
Demonstrações do resultado	13
Demonstrações do resultado abrangente	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

Relatório da administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Austral Resseguradora S.A. (“Companhia” ou “Austral Re”) foi autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar com resseguro e retrocessão em 1º de fevereiro de 2011, por meio da Portaria SUSEP nº 3.908.

A Companhia é uma resseguradora local, que oferece, além da capacidade em resseguro, um serviço voltado à necessidade de seus clientes, com uma subscrição técnica e responsável, viabilizando eficiência na alocação de capital e o desenvolvimento do mercado, associado a uma gestão de risco constante e criteriosa.

Em 29 de novembro de 2019, após a obtenção das aprovações regulatórias necessárias e atingidas as demais condições precedentes, a Companhia concluiu o processo de incorporação da Terra Brasis Resseguros S.A. A referida operação fortaleceu o posicionamento competitivo da Companhia, que passou a explorar com sucesso a consequente complementaridade dos portfólios de negócios e a ampliação da sua cobertura geográfica no Brasil e no exterior, passando a contar com escritórios no Rio de Janeiro, São Paulo e Colômbia, além de autorizações para operar em diversos países latino-americanos.

Em 6 de fevereiro de 2020, a AM Best, agência global de avaliação de riscos do segmento de seguros e resseguros, retirou de observação e afirmou o rating de Força Financeira (FSR) de B++ (Bom) e o Rating de Crédito de Longo Prazo (ICR de Longo Prazo) de “bbb+” da Austral Re. A perspectiva para ambos os ratings foi elevada de estável para positiva.

Na avaliação da AM Best, a perspectiva positiva refletiu a melhoria na condição da força do balanço patrimonial da Companhia, caracterizado pela agência como muito forte. O relatório destaca ainda o amplo programa de gerenciamento de riscos da Companhia e a sólida estratégia de retrocessão para proteção e mitigação dos riscos que assume, em especial com a diversificação de negócios e melhor distribuição geográfica observada após a incorporação da Terra Brasis.

Para a Austral Re, a avaliação da agência é um atestado de eficiência e solidez financeira, que credencia a Companhia a participar dos principais programas nacionais e internacionais de resseguros e dá sustentação à sua estratégia de expansão, dentro e fora do Brasil.

Os prêmios de resseguros líquidos de comissão atingiram R\$ 786,8 milhões neste ano, representando um aumento de R\$ 155,9 milhões (25%) em relação ao exercício de 2019. Os prêmios ganhos também apresentaram um crescimento relevante quando comparados ao exercício anterior, alcançando o valor de R\$ 798,5 milhões, o que retrata um incremento de R\$ 234,7 milhões (42%) em relação ao exercício de 2019. O índice de despesas administrativas foi de 4,2% (4,8% em 31 de dezembro de 2019).

AUSTRAL / Re

O índice de sinistralidade geral em 2020 ficou em 102,9% (sinistros ocorridos/prêmios ganhos líquidos de comissão de resseguro), contra 105,7% no ano anterior. O índice de sinistralidade desse ano, assim como do ano anterior, foi impactado principalmente pelos ramos agrícola, seguro viagem e pela variação das reservas relativas a perdas catastróficas internacionais (fora da América Latina), assim como pela variação cambial dessas reservas.

A estratégia vigente da Austral Resseguradora é focar em seu core business, formado por contratos de resseguro automáticos e facultativos na América Latina. Em 2020, já houve uma redução bastante significativa da exposição catastrófica internacional (i.e. fora da América Latina) e, em 2021, espera-se que essa exposição seja ainda mais reduzida. Acreditamos que, com isso, reduziremos bastante a volatilidade de nosso negócio como um todo assim como esperamos resultados positivos de forma recorrente.

O índice combinado atingiu 110,7% no exercício de 2020, contra 118,3% no mesmo período do ano anterior. Desconsiderando o impacto das linhas agrícola, seguro viagem e de catástrofes internacionais o índice combinado do exercício de 2020 seria de 100,1% enquanto o do exercício de 2019 teria sido de 109,7%, já evidenciando uma melhora da qualidade da subscrição decorrente do reposicionamento do portfólio que se encontra em curso.

Com os ajustes realizados na carteira de negócios, a Austral Re visa alcançar resultados de subscrição a partir de 2021 já alinhados ao seu novo posicionamento competitivo, e planeja continuar sua trajetória de crescimento e consolidação no mercado, aprimorando sua política de subscrição e buscando manter o processo de diversificação da carteira e reduzir sua volatilidade, em linha com seus atuais objetivos estratégicos.

A política de investimentos da Companhia, adequada à realidade dos seus negócios e aderente aos normativos vigentes, gerou um resultado financeiro de R\$ 56,2 milhões, ante R\$ 55,1 milhões no exercício anterior.

O prejuízo antes de impostos e participações em 2020 foi de R\$ 53,3 milhões, contra um prejuízo de R\$ 40,5 milhões no ano anterior.

O patrimônio líquido da Companhia encerrou o exercício de 2020 em R\$ 330,9 milhões, contra R\$ 338,8 milhões em dezembro do ano anterior.

Os Administradores declaram que a Companhia possui capacidade financeira que viabilize as perspectivas para os próximos exercícios. Ademais, declaram não haver nesse exercício qualquer título ou valor mobiliário classificado na categoria “mantidos até o vencimento”.

Por fim, a Companhia, agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e às demais autoridades do setor pelo apoio e pelas orientações oferecidas ao longo deste exercício, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2021

Administração.

Austral Resseguradora S.A.
Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, Parte - Leblon - CEP: 22431-002 - Rio de Janeiro / RJ - Brasil
Central de Atendimento: +55 21 3125-5500 - Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800.767.0097

www.australre.com

Resumo do relatório do comitê de auditoria

Aos Srs. Membros dos Conselhos de Administração da Austral Participações S.A. e da Austral Resseguradora S.A.

Rio de Janeiro - RJ

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Austral Participações S.A., instituído nos termos da regulamentação aplicável, e cuja atuação abrange a **Austral Resseguradora S.A.** (Austral Resseguradora ou “Companhia”), funciona em conformidade com o seu estatuto social da Companhia e com o regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização e manifestar-se sobre (i) a qualidade, adequabilidade e fidedignidade das demonstrações financeiras da Austral Resseguradora, (ii) a eficácia do sistema de controles internos da Austral Resseguradora; e (iii) a efetividade das auditorias interna e independente da Austral Resseguradora, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e políticas internas.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu, principalmente: (i) reuniões com a Alta Administração e com os principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e *compliance* e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras; e (vi) análise e acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Companhia para enfrentamento dos efeitos da crise gerada pelo COVID-19.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Austral Resseguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.

AUSTRAL / Re

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Austral Resseguradora.

O Comitê atua por meio de reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê estabeleceu com os auditores independentes canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados, inclusive do Relatório dos Auditores Independentes que está sendo emitido nesta data. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Diretor-Presidente e com outros Diretores da Austral Resseguradora e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Austral Resseguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

AUSTRAL / Re

Cumpridas as suas atribuições, na forma acima descrita, o Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras da **Austral Resseguradora S.A.**, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2021

Margo Isabel Black

Presidente

Paulo Pereira Ferreira

Membro

Leonardo de Assis Portugal

Membro

Paulo Roberto Batista Machado

Membro



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Austral Resseguradora S.A.**
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Resseguradora S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da

Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e

respectivas divulgações feitas pela Administração.


Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Balancos Patrimoniais

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	31/12/2020	Reclassificado 31/12/2019
Ativo		
Circulante	1.564.701	1.305.777
Disponível	22.655	31.947
Caixa e bancos	22.655	31.947
Aplicações financeiras (Nota 6)	319.137	117.366
Títulos de renda fixa – privados	23.647	6.349
Títulos de renda fixa – públicos	237.488	29.829
Títulos de renda variável	-	1.325
Quotas de fundos de investimentos	55.032	67.557
Aplicações no exterior	2.970	12.306
Créditos das operações com resseguros (Nota 8)	611.857	618.226
Operações com seguradoras	456.259	494.769
Operações com resseguradoras	155.598	123.457
Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Notas 9 e 16)	558.901	454.389
Prêmios de retrocessão diferidos	154.150	145.385
Sinistros com retrocessão	285.446	235.726
Recuperação de sinistros ocorridos e não avisados	115.558	71.213
Provisão de excedente técnico	3.747	2.060
Outras provisões	-	5
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	38.606	72.622
Títulos e créditos a receber	10.157	49.987
Créditos tributários e previdenciários	28.005	22.497
Outros créditos	444	138
Outros valores e bens	317	73
Despesas antecipadas	150	464
Custos de aquisição diferidos (Nota 11)	13.078	10.690
Resseguros	13.078	10.690
Não circulante	343.713	502.606
Realizável a longo prazo	327.816	501.530
Aplicações financeiras (Nota 6)	216.441	428.685
Títulos de renda fixa - privados	53.563	80.793
Títulos de renda fixa - públicos	25.626	279.958
Aplicações no exterior	137.252	67.934
Créditos das operações com resseguros (Nota 8)	23.550	28.025
Operações com seguradoras	17.855	11.015
Operações com resseguradoras	5.695	17.010
Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Notas 9 e 16)	47.509	34.262
Prêmios de retrocessão diferidos	41.420	30.915
Sinistros com retrocessão	6.089	3.347
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	38.865	9.394
Créditos tributários e previdenciários	38.865	9.394
Custos de aquisição diferidos (Nota 11)	1.451	1.164
Resseguros	1.451	1.164
Imobilizado (Nota 12)	635	587
Bens móveis	635	587
Intangível (Nota 13)	15.262	489
Outros intangíveis	15.262	489
Total do ativo	1.908.414	1.808.383

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Austral Resseguradora S.A.
Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, Parte - Leblon - CEP: 22431-002 – Rio de Janeiro / RJ - Brasil
Central de Atendimento: +55 21 3125-5500 - Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800.767.0097

www.australre.com

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo		
Circulante	1.491.003	1.404.743
Contas a pagar	6.584	21.820
Obrigações a pagar	4.155	17.721
Impostos e encargos sociais a recolher	1.044	3.067
Encargos trabalhistas	1.385	1.032
Débitos das operações com resseguros	337.950	319.464
Prêmio a restituir	7.313	4.790
Operações com seguradoras	1.848	2.016
Operações com resseguradoras (Nota 14)	307.973	295.485
Corretores de seguros e resseguros	18.733	16.464
Outros débitos operacionais	2.083	709
Depósito de terceiros (Nota 15)	16.778	2.336
Provisões técnicas com resseguradoras (Nota 16)	1.129.466	1.061.123
Outros débitos	225	-
Não circulante	86.456	64.853
Débitos das operações com resseguros	15.739	8.338
Operações com resseguradoras (Nota 14)	15.612	8.007
Corretores de seguros e resseguros	127	331
Provisões técnicas com resseguradoras (Nota 16)	70.717	56.515
Patrimônio líquido (Nota 18)	330.955	338.787
Capital social	251.763	234.468
Aumento de capital social (em aprovação)	-	5.532
Reserva de capital	105.176	91.677
Reservas de lucros	-	120
Ajuste de avaliação patrimonial	2.337	6.990
Prejuízos acumulados	(28.321)	-
Total do passivo e patrimônio líquido	1.908.414	1.808.383

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação - em reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prêmios emitidos	786.764	630.881
Variações das provisões técnicas	11.691	(67.095)
Prêmios ganhos (Nota 21 e Nota 23)	798.455	563.786
Sinistros ocorridos (Nota 23.b)	(821.704)	(596.122)
Custos de aquisição (Nota 23.c)	(23.341)	(14.805)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 23.d)	(5.291)	(28.526)
Resultado com retrocessão (Nota 23.e)	(9.935)	17.824
Despesas administrativas (Nota 23.f)	(33.362)	(27.270)
Despesas com tributos (Nota 23.g)	(14.224)	(10.539)
Resultado financeiro (Nota 23.h)	56.157	55.137
Receitas financeiras	300.106	147.939
Despesas financeiras	(243.949)	(92.802)
Perdas com ativos não recorrentes	(87)	-
(=) Resultado antes dos impostos e participações	(53.332)	(40.515)
Imposto de renda (Nota 19)	17.599	9.327
Contribuição social (Nota 19)	8.442	8.105
Participações sobre o lucro	(1.150)	(2.922)
(=) Prejuízo do exercício	(28.441)	(26.005)
Quantidade de ações	302.648.450	292.666.284
Prejuízo por lote de mil ações - em reais	(0,09397)	(0,08885)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do exercício	(28.441)	(26.005)
Varição valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	(7.836)	7.093
Efeito do imposto de renda e contribuição social	3.183	(2.878)
Outros resultados abrangentes do exercício	(4.653)	4.215
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos impostos	(33.094)	(21.790)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital social (em aprovação)	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos/Lucros acumulados	Total
			Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	234.468	-	2.487	6.784	36.904	2.775	-	283.418
Aumento de capital social (em aprovação) (Nota 1.2)	-	5.532	-	-	-	-	-	5.532
Reservas de capital – Incorporação (Nota 1.2)	-	-	89.190	-	-	-	-	89.190
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(26.005)	(26.005)
Outras reservas de lucros	-	-	-	-	(174)	-	-	(174)
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	4.215	-	4.215
Juros sobre capital próprio a distribuir	-	-	-	-	(17.389)	-	-	(17.389)
Diminuição de reservas de lucros	-	-	-	(6.664)	(19.341)	-	26.005	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	234.468	5.532	91.677	120	-	6.990	-	338.787
Aumento de capital social (aprovado conforme portaria Susep nº 7.602) (Nota 1.2)	5.532	(5.532)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social (aprovado conforme portaria Susep nº 417) (Nota 1.1)	11.763	-	-	-	-	-	-	11.763
Reservas de capital	-	-	(414)	-	-	-	-	(414)
Outras reservas de capital	-	-	13.913	-	-	-	-	13.913
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(28.441)	(28.441)
Perdas não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(4.653)	-	(4.653)
Diminuição de reservas de lucros	-	-	-	(120)	-	-	120	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	251.763	-	105.176	-	-	2.337	(28.321)	330.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Reclassificado	
	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(28.441)	(26.005)
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	387	1.711
Incentivo baseado em ações	(414)	-
Perda de valor recuperável	6.856	206
Outros ajustes	116	(174)
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	5.435	(121.283)
Créditos das operações com resseguros	3.568	(261.209)
Ativos de resseguros - provisões técnicas	(117.759)	(156.566)
Créditos fiscais e previdenciários	(5.508)	-
Ativo fiscal diferido	(29.471)	-
Títulos e créditos a receber	7.406	(63.183)
Outros débitos	225	-
Despesas antecipadas	314	(464)
Custos de aquisição diferidos	(2.675)	(6.584)
Outros ativos	(244)	(73)
Passivo fiscal diferido	-	(7.800)
Impostos e contribuições	8.693	8.325
Débitos de operações com resseguros	58.811	136.995
Obrigações a pagar	(9.822)	1.980
Provisões técnicas com resseguradoras	82.545	416.718
Depósitos de terceiros	14.442	820
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.716)	(8.569)
Caixa líquido (consumido) pelas atividades operacionais	(16.252)	(85.155)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(248)	(358)
Aquisição de intangível	(1.164)	(374)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(1.412)	(732)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital social - (em aprovação)	-	5.532
Integralização de capital	11.763	96.407
Pagamento por saída de sócio - Incorporação	-	(7.217)
Pagamento de dividendos	-	(28)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(3.391)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	8.372	94.694
Aumento / (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(9.292)	8.807
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	31.947	23.140
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	22.655	31.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

1.1 Considerações gerais

A Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”) com sede no Brasil e matriz domiciliada na cidade do Rio de Janeiro RJ é uma sociedade de capital fechado e tem por objeto a exploração de operações de resseguros e retrocessão em todos os ramos de seguro, conforme definidos na legislação vigente, em todo o território nacional, podendo participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Em 31 de janeiro de 2011, foram homologadas pela Portaria SUSEP nº 3.908 as deliberações tomadas por seus acionistas, realizadas em Assembleia Geral Extraordinária, em 27 de dezembro de 2010, bem como a autorização para a Companhia operar com resseguros e retrocessão.

Em 28 de fevereiro de 2018, a Austral Participações II S.A. passou a ser controladora direta e detentora de 100% das ações da Companhia, não havendo, contudo, qualquer alteração no quadro de controladores finais da Companhia. A transferência do controle acionário direto da Companhia à Austral Participações II S.A. foi homologada pela Portaria SUSEP nº 7.117, de 07 de maio de 2018 e publicada no Diário Oficial da União em 09 de maio de 2018, restando ratificado, pela referida portaria, que o controle final da Companhia permanece inalterado.

Em 29 de novembro de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram a incorporação da Terra Brasis Resseguros S.A., com a consequente extinção da incorporada, passando a Resseguradora a sucedê-la em todos os bens e direitos. Com a incorporação, os acionistas da Terra Brasis, Brasil Plural Holding Ltda de Seguros e Resseguros e International Finance Corporation - IFC tornaram-se acionistas da Companhia.

Em 28 de abril de 2020, por meio de AGE, foi deliberado aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 11.763, mediante a emissão de 9.982.166 (nove milhões, novecentas e oitenta e duas mil, cento e sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A partir de 30 de setembro de 2020, o Grupo Plural deixou de ser acionista direto da Austral Resseguradora e se tornou detentor de 10,27% de ações da Austral Participações (controladora da Austral Re). O International Finance Corporation - IFC, por sua vez, também deixou de ser acionista direto da Austral Resseguradora e teve sua participação acionária na Austral Participações alterada de 19,50% para 19,01%. Em decorrência dessas alterações a Austral Participações II passou a deter da Companhia a participação direta de 76,65% e a Austral Participações I passou a deter da Companhia a participação de 23,35% diretamente e 100,0% indiretamente através da sua controlada Austral Participações II.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

1.2 Combinação de negócios e incorporação da Terra Brasis Resseguros S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram a aquisição de 100% das ações com direito a voto e incorporação da Terra Brasis Resseguros S.A. (“Terra Brasis” ou “Incorporada”) pela Companhia, com a consequente extinção da Incorporada, passando a Companhia a sucedê-la em todos os bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, deveres, obrigações, sujeições, ônus, responsabilidades e exceções de titularidade da Incorporada. Em decorrência da Incorporação e consequente versão da totalidade do acervo líquido da Terra Brasis Resseguros S.A. para a Companhia, R\$ 5.532 foram alocados ao capital social da Companhia e R\$ 96.407 foram alocados à reserva de capital da Companhia.

A Administração efetuou o estudo de alocação do preço de compra (Price Purchase Allocation - PPA), com o apoio de consultoria especializada independente, e apurou o preço base de R\$115.532, através da apuração do valor justo das ações da Resseguradora que foram emitidas e dadas como contraprestação aos antigos acionistas da Terra Brasis.

O valor justo da Resseguradora foi definido com base no fluxo de caixa descontado da Companhia. O preço foi alocado: (i) pelo valor contábil do patrimônio líquido de R\$101.618 e (ii) pelo ágio de R\$13.914, com fundamento na expectativa de resultados futuros a serem obtidos pela sinergia entre as operações da Terra Brasis e da Resseguradora, seguindo o planejamento estratégico traçado para esta sinergia.

A Incorporação não ensejou alterações no que tange à estrutura de controle direto e indireto da Companhia, de modo que a Austral Participações II S.A. permanece como sua controladora direta. Da mesma forma, o quadro de controladores finais da Companhia permanece inalterado.

Em razão do aumento de capital social mencionado acima e do cancelamento das ações detidas pela Terra Brasis e pela Brasil Plural, o capital social da Companhia passou de R\$ 234.468 para R\$ 240.000, dividido em 292.666.284 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (222.441.240 em 2019).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

O acervo líquido incorporado pela Companhia, na data-base de 29 de novembro de 2019, suportado por laudo de avaliação emitido por perito independente e incorporado ao patrimônio da Companhia, era composto pelos seguintes elementos patrimoniais:

Ativo	11/2019	Passivo	11/2019
Circulante	444.596	Circulante	348.025
Caixa e bancos	15.028	Contas a pagar	504
Aplicações	126.486	Débitos de operações com seguros e resseguros	63.959
Créditos das operações com seguros e resseguros	162.309	Depósitos de terceiro	3.353
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	135.272	Provisões técnicas - resseguradoras	280.209
Títulos e créditos a receber	1.214	Não circulante	885
Despesas antecipadas	207	Contas a pagar	885
Custos de aquisição diferidos	4.080		
Não circulante	5.932	Patrimônio líquido	101.618
Realizável a longo prazo	5.734	Capital social	100.880
Títulos e créditos a receber	5.734	Reservas de capital	530
Imobilizado	82	Reservas de lucros	344
Intangível	116	Ajuste de avaliação patrimonial	(136)
Total do ativo	450.528	Total do passivo e patrimônio líquido	450.528

1.3 COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou estado de pandemia em razão do COVID-19, desde o dia 11 de março de 2020. A pandemia teve origem na China, no final de 2019, e se alastrou pelo mundo iniciando uma onda de isolamento social, por iniciativas governamentais e recomendadas pela OMS, objetivando retardar a propagação do vírus, com restrições a viagens nacionais e internacionais, interrupção no funcionamento normal dos negócios em geral, em muitos países ao redor do mundo. Em consequência disso, um ambiente de forte volatilidade financeira, com aumento das incertezas foi instaurado, além de instabilidade social e econômica.

Governos e bancos centrais ao redor do mundo vêm intervindo na economia de seus países, adotando medidas emergenciais, como o fechamento de atividade econômica não essencial, além da expansão fiscal. Na economia nacional, impactos negativos começaram a surgir a partir de março de 2020, como maior aversão ao risco, com pressões sobre o câmbio e dificuldades no comércio exterior, aumento das incertezas dos agentes econômicos, reduções dos postos de trabalho, principalmente os referentes às pequenas e médias empresas, entre outros. Diversas medidas foram tomadas pelo governo brasileiro, como a redução da taxa de juros, suspensão temporária de tributos (diferimento do PIS/COFINS) e concessão de benefícios fiscais aos setores da economia mais afetados.

Em consequências das restrições impostas pela pandemia, a Companhia tem sua equipe trabalhando em regime de “home office”, desde 17 de março de 2020, com todos os seus processos em funcionamento, sem prejuízo de suas operações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades supervisionadas pela Susep, e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015 e suas alterações posteriores.

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 25 fevereiro de 2021.

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço. As diferenças decorrentes da conversão são lançadas diretamente contra o resultado do exercício.

b) Base para mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo.

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (item 3b (i));
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo (item 3b (ii)) e
- Instrumentos financeiros derivativos (nota 3c).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas práticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Disponível

Inclui o caixa e os saldos positivos em contas correntes, apresenta risco insignificante de mudança de valor justo e é utilizado pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de sua aquisição e reavalia a sua classificação no mínimo a cada data de balanço. A Companhia classifica seus ativos financeiros conforme as categorias, segundo CPC nº 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração:

I) Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título.

II) Títulos disponíveis para venda

A Companhia classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

III) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de resseguros e retrocessão, tais como saldo de prêmios a

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

receber de seguradoras e resseguradoras, são classificados pela Companhia nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor determinado na aceitação do contrato, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação das taxas de juros e taxas de câmbio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F Bovespa.

Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado, sendo classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para a valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo desses instrumentos. O valor justo dos contratos de futuro é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo e caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F Bovespa.

d) Reconhecimento e mensuração de contratos de resseguro

Contratos de resseguro são contratos em que a Companhia acorda com uma seguradora a aceitação de um único risco ou uma carteira de riscos, podendo, inclusive, aceitar parte dos mesmos. Nestes contratos, obriga-se a pagar as indenizações relativas a sinistros cobertos pela cedente e devidamente amparados pelo contrato de resseguro.

Os contratos de resseguro visam resguardar os interesses das seguradoras, por meio de redução de volatilidade da seguradora, ampliação de capacidade, diminuição de exigência de capital, troca de *expertise*, dentre outros.

Para os contratos facultativos e não proporcionais, os prêmios de resseguro e as despesas de comercialização são registrados no momento da aceitação do contrato ou no início de vigência, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmio ganho reconhecida no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Já para os contratos proporcionais, o prêmio efetivamente cedido ao ressegurador é conhecido em data posterior. Assim, a emissão é realizada uniformemente ao longo da vigência do contrato, utilizando o prêmio estimado informado pela cedente no momento da aceitação do mesmo, salvo quando é conhecida alguma sazonalidade de emissão. A Companhia pode aplicar um fator de corte nos valores estimados de prêmios, de acordo com estudo elaborado pela mesma. Os prêmios estimados já reconhecidos são ajustados à medida que os prêmios efetivos são informados pela cedente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

e) Ativos e passivos de retrocessão

Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores de curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos retrocessionários. Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocessão e com os termos e condições de cada contrato.

Os passivos a serem pagos aos retrocessionários são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de retrocessão, consistente com o valor dos ativos de resseguro na medida em que são retrocedidos.

A Companhia analisa a recuperação dos ativos de retrocessão regularmente, no mínimo, a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, reduz o valor contábil do ativo de retrocessão ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram verificadas necessidades de provisão para perdas do valor recuperável sobre os ativos de retrocessão da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

f) Passivos de resseguro

A Companhia utilizou as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC nº 11 - Contratos de Seguro para avaliação da sua carteira e constituição das provisões técnicas para garantia de seus contratos de resseguro, aplicando regras e procedimentos para mensuração e acompanhamento de seus contratos. Adicionalmente, a Administração não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência na avaliação de contratos de resseguro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

As provisões técnicas para garantia dos contratos de resseguros são constituídas segundo as práticas contábeis e atuariais adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades seguradoras e resseguradoras locais autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguro de danos, e estão de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Todas as metodologias adotadas para cálculo das provisões técnicas apresentam descrição em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuário responsável técnico.

Provisão de prêmios não ganhos - PPNG

Provisão constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer ao longo dos prazos a decorrer e referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. A provisão também contempla estimativa de contratos vigentes e não emitidos.

Para cálculo da parcela de riscos vigentes já emitidos, utilizam-se metodologias diferenciadas para cada tipo de contrato de resseguro em linha com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, apurados a partir da exposição ao risco de cada contrato.

A metodologia de apuração dos contratos vigentes e não emitidos facultativos e não proporcionais engloba a utilização de taxas médias de atraso históricas da carteira por grupamento. A aplicação destes percentuais às provisões correntes de riscos vigentes e emitidos permite uma rápida adequação das eventuais inconsistências verificadas nos testes de consistência.

Especificamente para os contratos proporcionais, a Companhia estima o diferimento dos riscos vigentes e não emitidos a partir das reais características dos contratos correspondentes, uma vez que esses são apurados a partir dos prêmios efetivos, informados nas contas técnicas, e dos prêmios estimados dos contratos. Este cálculo garante que as provisões técnicas estejam consistentes com a melhor estimativa de exposição de risco nas datas de cálculo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Provisão de sinistros a liquidar - PSL

Corresponde à melhor estimativa dos valores de sinistros administrativos e judiciais que serão pagos pela Companhia, considerando suas posições mais atualizadas conforme atualização da cedente e análises internas. Os valores que constituem a provisão de sinistros a liquidar contemplam as atualizações monetárias dos sinistros e todas as expectativas de salvados e ressarcimentos relacionados.

Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR

A provisão de IBNR consiste na melhor estimativa atuarial do montante de sinistros já ocorridos mas ainda não reportados à Resseguradora até a data base de cálculo. Para a apuração desta parcela, consideram-se metodologias específicas aplicadas a partir das características dos grupamentos de risco operados pela Companhia e devidamente descritas em Nota Técnica Atuarial. Para a maior parte dos riscos expostos, utilizam-se triângulos de sinistro pelos métodos de Chain Ladder e Bornhuetter-Ferguson e metodologia de sinistralidade esperada, sempre alinhados a aderência da estimativa via testes de consistência mensais.

Provisão de excedente técnico - PET

A provisão de excedente técnico tem como objetivo provisionar os valores devidos pela Companhia de acordo com o resultado dos contratos que apresentam cláusula de participação nos lucros, *no claim bonus* ou cláusula de comissão escalonada (*sliding scale*).

A provisão de excedente técnico é realizada por contrato e de acordo com critérios específicos previamente definidos entre as partes, sendo ajustada ou revertida à medida que os valores provisionados são efetivamente liquidados.

Provisão de despesas relacionadas - PDR

Provisão constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

g) Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição são registrados quando da aceitação dos contratos ou no início de vigência, o que ocorrer primeiro, e apropriados ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas comissões é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio (PPNG).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

h) Reconhecimento de sinistros e despesas

Os sinistros decorrentes de resseguros incluem todos os eventos que ocorrem durante o período, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos, o valor reduzido representado por salvados e ressarcimentos e outros montantes recuperados e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de períodos anteriores.

i) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

j) Intangível

Os custos associados à manutenção de softwares e contratos são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto software, incluem os custos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. Caso haja indicativo de perda, testes de *impairment* são aplicados, afim de indicar eventuais necessidades de ajuste do valor do ativo intangível.

O ágio (goodwill) representa o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data da aquisição. Estão classificados em ativos de vida útil indefinida e foram avaliados para a data-base 31 de dezembro de 2019, sem indicio de "impairment". A composição do ativo intangível está apresentada na Nota 13.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

k) Recuperação de ativos financeiros

Por ocasião de encerramento de balanço, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativo financeiro, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperação do ativo são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

l) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Quando há evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

A Companhia inicialmente avalia se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável. Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço.

Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios a receber de resseguros e retrocessão a partir de estudos econômicos de perdas incorridas, riscos de inadimplência entre outros fatores, conforme permitido pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações.

Se, em período subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno.

m) Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social foram calculados com base no resultado do período, pela alíquota de 25% e 15%, respectivamente, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. As diferenças temporárias são utilizadas para reduzir ou aumentar lucros tributários futuros.

A Companhia semestralmente reavalia o montante de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em relação à performance operacional e projeção do lucro tributável e, se necessário, reduz os valores para o valor esperado de realização.

n) Teste de adequação de passivo - TAP

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, em cada data de balanço, a Companhia avalia as obrigações decorrentes dos contratos de resseguro vigentes na data base através do teste de adequação de passivo. A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP instituiu e definiu a regra para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, suas alterações e orientações posteriores.

O teste de adequação de passivo foi realizado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseado em dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas.

Os fluxos de caixa estimados na realização do teste de adequação de passivos são brutos de retrocessão. Na estimativa desses fluxos de caixas futuros, utilizou-se premissas atuais, realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida. Todas as premissas e resultados encontrados apresentam detalhamento em relatório específico do teste.

O resultado do teste de adequação de passivo é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base do teste, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

Para a composição do teste de adequação de passivo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia dispõe de fluxos de direitos e obrigações em diversas moedas, uma vez que assume contratos com vários países do mundo.

Dessa forma, para as estimativas dos fluxos de caixa em real, utilizou-se a ETTJ livre de risco pré-fixada da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ANBIMA. Para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, a Companhia utilizou a curva cupom dólar, também disponibilizadas no site da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

No entanto, uma vez que a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP não disponibiliza curvas específicas para as demais moedas, a Companhia estimou uma curva para cada moeda individualmente, de forma que todos os fluxos fossem trazidos a valor presente a partir da aplicação da curva de desconto específica referente à sua respectiva moeda de emissão.

As premissas de sinistralidade utilizadas para projeção de sinistros futuros na data de apuração do estudo tem como base a análise criteriosa da carteira da Resseguradora, seus resultados históricos e particularidades envolvidas em cada linha de negócio. É parte integrante desse fluxo a projeção de despesas administrativas para manutenção dos negócios vigentes até o término do *run-off*.

Os testes de adequação de passivos realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 indicaram que as provisões constituídas nas referidas data bases, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de resseguro, não sendo necessário nenhuma provisão adicional.

Além disso, a comparação entre a provisão de prêmio não ganho constituída, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados, com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura.

o) Outras provisões, ativos e passivos contingentes

Segundo o pronunciamento CPC nº 25 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

As provisões são constituídas a partir de uma série de análises individualizadas, efetuadas pela assessoria jurídica da Companhia, dos processos administrativos e judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em um desembolso futuro. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

p) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, e considera a contabilização dos prêmios de resseguros dos contratos não proporcionais e facultativos na data de aceitação dos riscos cobertos ou no início de vigência, o que ocorrer primeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Especificamente para os contratos proporcionais, o prêmio efetivamente cedido ao ressegurador é conhecido em data posterior, de forma que a emissão realizada uniformemente ao longo da vigência do contrato utiliza o prêmio estimado informado pela cedente no momento da aceitação do mesmo, salvo quando é conhecida alguma sazonalidade de emissão de prêmios da cedente. A Companhia pode aplicar um fator de corte nos valores estimados de prêmios, de acordo com estudo elaborado pela mesma. Os prêmios estimados já reconhecidos são ajustados à medida que os prêmios efetivos são informados pela Cedente.

Os prêmios relativos aos contratos de retrocessão cedida são registrados como prêmios de retrocessão cedida e diferidos para apropriação por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos, conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial. Os prêmios de resseguros e retrocessão e as correspondentes despesas de comercialização são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

q) Incentivo baseado em ações

O incentivo dos executivos baseado em ações é mensurado e reconhecido a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do período em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo à ação (data de aquisição).

A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

r) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes.

Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício e qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

demais contraprestações contingentes são mensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

s) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente

O IFRS nº 9 - CPC 48 - Instrumentos financeiros foi emitido em dezembro de 2016 e é o primeiro passo no processo para substituir o IAS nº 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O CPC nº 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A IFRS 9 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 1º de janeiro de 2022.

O IFRS nº 16 - CPC 06 (R2) - "*Leasing*" estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem base para que usuários das demonstrações financeiras avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A nova norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 e os impactos não são relevantes.

O IFRS nº 17 - Contratos de Seguros foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS nº 17 é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2023 (inicialmente 01 de janeiro de 2021), sendo permitida a aplicação antecipada.

Os normativos acima serão aplicáveis quando adotados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de resseguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências e tributos diferidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, conforme comentado na Nota 4.

a) Avaliação de passivos de contratos de resseguros

Conforme permitido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Companhia aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil. As provisões técnicas que representam os passivos de contratos de resseguro em que a Companhia atua são: provisão de prêmios não ganhos, provisão de sinistros a liquidar, provisão de sinistros ocorridos e não avisados, provisão de despesas relacionadas e provisão de excedente técnico.

As provisões técnicas da Companhia são calculadas de acordo com metodologias conhecidas no mercado, estando em conformidade com todos os requisitos e orientações estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

O comportamento da carteira de resseguros é acompanhado mensalmente a fim de prever e estabelecer critérios adequados para mensuração e adequabilidade de suas provisões.

b) Provisão para recuperação de ativos de resseguros e retrocessão

Essas provisões são registradas de acordo com estudo próprio da Companhia, conforme instruções determinadas na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações posteriores, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com resseguros e retrocessão.

c) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa mensalmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e, caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não houve indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

e) Provisões para contingências

A Companhia está sujeita a reivindicações cíveis, tributárias e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolve considerável julgamento por parte da Administração para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. Como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recurso envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possuía nenhuma contingência de natureza trabalhista ou tributária, possuindo apenas contingências de natureza cível que se encontram provisionadas na rubrica de provisão de sinistro a liquidar judicial.

Ano	Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
31 de dezembro de 2020	Remota	5	131	36
31 de dezembro de 2019	Remota	5	256	31

5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro

A Austral Re adota como definição que a estrutura de gestão de risco consiste no conjunto de componentes que fornecem os fundamentos e os arranjos organizacionais que possibilitem: a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos através de toda organização.

Os procedimentos de gestão de risco têm como base as melhores práticas definidas no *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO* e *Enterprise Risk Management – ERM*, em sua versão 2017, cujas etapas de avaliação do ambiente de controle; avaliação de riscos; atividades de controle; atividades de monitoramento; e informação e comunicação são realizadas levando em consideração a natureza, escala e complexidade de nossas operações. O COSO é reconhecido como uma referência internacional no tema e esta versão vem ao encontro das melhores práticas, alinhando o gerenciamento de risco com a estratégia da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

A Austral Re também utiliza o conceito de três linhas, recém atualizado pelo Instituto de Auditores Internos - IIA, a fim de determinar papéis, responsabilidades e governança dentro de todo o processo de gestão de risco.

A gestão de risco possui relacionamento direto com os objetivos da Austral Re, impactando nas estratégias de negócios, na definição de seus controles operacionais internos e na busca da excelência na gestão empresarial.

a) Gestão de risco de subscrição

Um dos principais riscos nas operações de seguros e resseguros é o risco de o prêmio cobrado pelos riscos vigentes ser insuficiente para cobrir os sinistros a ocorrer (risco de emissão/precificação), ou dos custos futuros com pagamentos de sinistros ocorridos mostrarem-se maiores que o valor da provisão de sinistros a ocorrer estabelecida no momento atual. Um dos fatores de risco associado de maior relevância é a frustração de expectativas quanto a frequência e/ou valores a pagar de sinistros, o que implicaria em possível insuficiência dos prêmios e/ou provisões para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas frente aos clientes e/ou no incremento da constituição de reservas a fim de que os valores provisionados sejam suficientes para cobertura destas obrigações.

A Austral Re adquire retrocessão como parte do seu programa para redução de volatilidade e ampliação de capacidade. A retrocessão cedida é colocada em bases proporcionais e não proporcionais. Na retrocessão proporcional, os riscos (prêmios e sinistros) são cedidos na mesma proporcionalidade. Para as retrocessões não proporcionais, as retrocessionárias se comprometem a indenizar o valor do sinistro que excede um determinado limite contratualmente acordado, minimizando assim a perda.

Valores a recuperar junto às retrocessionárias estão estimados de forma consistente com todas as provisões técnicas, e encontram-se de acordo com os contratos de retrocessão cedida adquiridos pela Companhia.

Para a gestão dos riscos de subscrição de resseguros, a Austral Re mantém políticas, processos e procedimentos operacionais para avaliação de subscrição de riscos direcionadas para todos os grupos de ramos em que opera. A política de subscrição norteia a tomada de decisões, as ações e os procedimentos adotados na subscrição de riscos da carteira. Os parâmetros adotados para a elaboração de orçamento e definição das metas (produção, comissionamento, sinistralidade, resultado, entre outros) são atingíveis, sustentáveis e condizentes com a estrutura e capital e visam a geração de lucros estáveis e contínuos.

A Austral Re subscreve riscos em diversos grupos de ramos, considerando os fatores técnicos de cada ramo e contrato. A política de subscrição é suportada pela norma de subscrição de riscos da carteira, procedimentos de subscrição e pelo regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados, periodicamente revisados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas. Para fins de precificação dos riscos da carteira, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, e que respeitem as rentabilidades mínimas estabelecidas pela Companhia, são adotadas ferramentas de precificação atualizadas periodicamente e que fazem uso das melhores práticas de modelagens e premissas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

consolidadas na comunidade atuarial. Dentre as principais ferramentas de precificação encontram-se: avaliação histórica de resultado, análise de atrito e severidade de sinistro, exposição, perfil, rentabilidade e experiência.

Análise de sensibilidade

Com o intuito de realizar uma análise de sensibilidade para a sinistralidade, a Companhia adotou um cenário de teste de sensibilidade com agravamento de 10% da sua sinistralidade ocorrida no exercício por ramo de operação. De forma conservadora, utilizou-se também uma premissa de 10% de sinistralidade ocorrida mínima por ramo de atuação, para aqueles que tiveram sinistralidade ocorrida agravada abaixo deste patamar. A partir dessas sinistralidades agravadas foi apurado o impacto no lucro líquido do exercício e no patrimônio líquido.

As tabelas abaixo apresentam os valores de variação dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de retrocessão, considerando as seguintes sinistralidades para cada grupo de ramo de atuação:

	31 de dezembro de 2020		
	Base	Cenário 10,0%	Impacto
Efeitos brutos			
Patrimônio líquido	330.955	281.855	(49.100)
Prejuízo do exercício	(28.441)	(77.541)	(49.100)
Impacto (%) no prejuízo do exercício	-	-	(172,6%)
Impacto (%) no patrimônio líquido	-	-	(14,8%)
Efeitos líquidos de resseguro			
Patrimônio líquido	330.955	292.001	(38.954)
Prejuízo do exercício	(28.441)	(67.395)	(38.954)
Impacto (%) no prejuízo do exercício	-	-	(137,0%)
Impacto (%) no patrimônio líquido	-	-	(11,8%)
	31 de dezembro de 2019		
	Base	Cenário 10,0%	Impacto
Efeitos brutos			
Patrimônio líquido	338.787	306.174	(32.613)
Prejuízo do exercício	(26.005)	(58.618)	(32.613)
Impacto (%) no prejuízo do exercício	-	-	(125,4%)
Impacto (%) no patrimônio líquido	-	-	(9,6%)
Efeitos líquidos de resseguro			
Patrimônio líquido	338.787	302.207	(36.580)
Prejuízo do exercício	(26.005)	(62.585)	(36.580)
Impacto (%) no prejuízo do exercício	-	-	(140,7%)
Impacto (%) no patrimônio líquido	-	-	(10,8%)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

As tabelas abaixo apresentam os valores de variação dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de retrocessão, considerando as seguintes sinistralidades para cada grupo de ramo de atuação da Companhia:

Grupo	31 de dezembro de 2020		
	Sinistralidade agravada	Variação de sinistro de resseguro	Variação de sinistro, líquido de retrocessão
Patrimonial	95,25%	12.381	4.026
Riscos especiais	10,00%	1.569	16.211
Responsabilidades	60,38%	1.253	499
Automóvel	107,02%	15.634	15.629
Transportes	113,58%	8.384	2.104
Riscos financeiros	10,00%	945	164
Pessoas coletivo	228,88%	6.770	3.287
Habitacional	48,69%	167	105
Rural	223,11%	14.784	8.829
Outros	10,00%	2.945	2.393
Pessoas individual	92,30%	859	546
Marítimos	101,48%	792	389
Aeronáuticos	86,82%	2.916	1.086
Petróleo	78,55%	1.336	400
Saúde	43,62%	108	108
Aceitações do exterior	98,26%	13.613	11.228
Total		84.456	67.004

Grupo	31 de dezembro de 2019		
	Sinistralidade agravada	Variação de sinistro de resseguro	Variação de sinistro, líquido de retrocessão
Patrimonial	79,74%	6.664	2.274
Riscos especiais	10,00%	5.685	24.597
Responsabilidades	1,35%	15	5
Automóvel	91,23%	12.463	12.462
Transportes	64,30%	2.826	489
Riscos financeiros	266,18%	8.899	2.174
Pessoas coletivo	134,38%	7.935	4.344
Habitacional	45,33%	37	48
Rural	188,70%	6.607	5.103
Outros	10,00%	4.916	2.649
Pessoas individual	10,00%	44	23
Marítimos	104,43%	441	180
Aeronáuticos	116,67%	2.321	839
Petróleo	59,16%	555	166
Saúde	10,00%	229	226
Aceitações do exterior	170,25%	11.881	10.599
Total		71.518	66.178

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

b) Gestão de riscos financeiros

A política de investimentos da Austral Re define as diretrizes para a alocação dos recursos em títulos e valores mobiliários, bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises de cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, a Austral Re considera a necessidade de caixa e o gerenciamento dos seus ativos e passivos (Assets Liabilities Management – ALM), seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada através de análise e monitoramento diários da carteira.

É implementado comitê de investimentos da Austral Re, que se reúne de forma perene para analisar a performance da carteira, traçar cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para os investimentos.

Os riscos financeiros podem ser divididos em quatro categorias de risco principais: mercado, crédito, liquidez e cambial. As informações a seguir serão apresentadas conforme cada categoria mencionada.

c) Risco de mercado

É definido como a possibilidade de perdas resultantes da flutuação dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos, incluindo as operações sujeitas à variação: das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo Value at Risk – VAR, um dos métodos mais tradicionais na gestão deste risco, que consiste numa métrica estatística de avaliação que estima a perda potencial máxima que a carteira poderia sofrer, em um determinado período de tempo, com um determinado intervalo de confiança, se consideradas condições normais de mercado.

Análise de sensibilidade

A Austral Re monitora, diariamente, o risco de mercado e sistêmico da sua carteira de investimentos, através do Value-At-Risk (VaR) com intervalos de confiança de 95% (noventa e cinco por cento) e 99% (noventa e nove por cento), nos modelos de simulação com dados históricos e paramétrico, no horizonte de tempo de 1 dia e 252 dias úteis.

Além do exposto acima, a Austral Re realiza teste de estresse na variável de juros, maior componente da carteira de investimentos, assim como câmbio, a ser visto no item g) desta nota, risco cambial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

d) Carteira de investimentos da Resseguradora

Segundo a análise do VaR, tais investimentos poderiam gerar pelo método histórico, com janela de observação de 252 dias, retornos diários e com nível de confiança de 95% uma perda de 0,74% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2020 (0,15% em 31 de dezembro de 2019), ou seja, aproximadamente R\$ 4.087. Com nível de confiança de 99% observou-se uma perda de 0,96% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2020 (0,28% em 31 de dezembro de 2019), ou seja, aproximadamente R\$ 5.302.

Ao utilizar o método paramétrico, considerando o VaR com janela de observação de 252 dias úteis e retornos diários e nível de confiança de 95% observou-se uma perda de 0,65% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2020 (0,17% em 31 de dezembro de 2019), ou seja, aproximadamente R\$ 3.590. Com nível de confiança de 99% observou-se uma perda de 0,86% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2020 (0,25% em 31 de dezembro de 2019), ou seja, aproximadamente R\$ 4.750.

Além das avaliações do VaR, também são levadas em consideração na performance e alocação de ativos na carteira de investimento, cenários estressados da taxa implícita dos títulos indexados à inflação. Para tanto, foram considerados os seguintes cenários base, provável e estressados (variação positiva e negativa de 100bps e 200bps):

- (i) Cenário base: Foi considerado o mesmo do cenário provável. É o cenário onde a curva da IPCA é igual a curva implícita dos títulos indexados à inflação;
- (ii) Cenário I: redução de 200bps, em relação à taxa do cenário base;
- (iii) Cenário II: redução de 100bps, em relação à taxa do cenário base;
- (iv) Cenário III: aumento de 100bps em relação à taxa do cenário base; e
- (v) Cenário IV: aumento de 200bps em relação à taxa do cenário base.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

31 de dezembro de 2020			
	Choque	Impacto financeiro	Impacto %
I	-200 bps	+6,72MM	1,22%
II	-100 bps	+3,36MM	0,61%
III	+100 bps	-3,36MM	(0,61%)
IV	+200 bps	-6,72MM	(1,22%)

31 de dezembro de 2019			
Cenário	Choque	Impacto financeiro	Impacto %
I	-200 bps	+20,78MM	3,61%
II	-100 bps	+10,39MM	1,81%
III	+100 bps	-10,39MM	(1,81%)
IV	+200 bps	-20,78MM	(3,61%)

e) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

A Austral Re entende que a principal origem do seu risco de crédito são as exposições de retrocessão adquiridas para as operações da resseguradora. Com o objetivo de mitigar tal risco, adotou-se análise de Rating de Crédito determinado por agências classificadoras de riscos. Por ser parte complementar ao processo de subscrição, o rating é observado no processo de aceitação, precificação e alçadas. Adicionalmente, a Austral Re monitora as exposições por retrocessionário, bem como acompanha e avalia as mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros, assim como do mercado financeiro.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros, componentes da carteira de investimentos além dos títulos públicos do governo federal, apresenta contrapartes representadas por emissores com elevado rating de crédito, também avaliado pelas agências classificadoras de riscos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

A tabela abaixo apresenta o total de exposição ao risco de crédito para as diversas categorias de ativos da Companhia. Além disso, apresenta o prazo dos ativos vencidos.

31 de dezembro de 2020									
Ativos vencidos e não “impaired”									
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não “impaired”	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 360 dias	Superior a 360 dias	Valor contábil 31/12/2020	Saldo contábil em 31/12/2019
Caixa e bancos	22.655	-	-	-	-	-	-	22.655	31.947
Ao valor justo por meio de resultado									
Privados	55.032	-	-	-	-	-	-	55.032	67.557
Públicos	237.488	-	-	-	-	-	-	237.488	202.542
Exterior	2.970	-	-	-	-	-	-	2.970	12.306
Ações	-	-	-	-	-	-	-	-	1.325
Disponíveis para venda									
Privados	77.210	-	-	-	-	-	-	77.210	87.142
Públicos	25.626	-	-	-	-	-	-	25.626	107.245
Exterior	137.252	-	-	-	-	-	-	137.252	67.934
Créditos com operações seguradora e resseguradora	593.052	600	5.103	7.960	2.621	9.554	16.517	635.407	646.251
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de resseguro	1.151.285	600	5.103	7.960	2.621	9.554	16.517	1.193.640	1.224.249

Austral Resseguradora S.A.
Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, Parte - Leblon - CEP: 22431-002 – Rio de Janeiro / RJ - Brasil
Central de Atendimento: +55 21 3125-5500 - Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800.767.0097

www.australre.com

AUSTRAL/Re

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

31 de dezembro de 2019									
Ativos vencidos e não "impaired"									
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não "impaired"	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 360 dias	Superior a 360 dias	Valor contábil 31/12/2019	Saldo contábil em 31/12/2018
Caixa e bancos	31.947	-	-	-	-	-	-	31.947	23.140
Ao valor justo por meio de resultado									
Privados	67.557	-	-	-	-	-	-	67.557	59.012
Públicos	202.542	-	-	-	-	-	-	202.542	203.634
Exterior	12.306	-	-	-	-	-	-	12.306	10.505
Ações	1.325	-	-	-	-	-	-	1.325	-
Disponíveis para venda									
Privados	87.142	-	-	-	-	-	-	87.142	-
Públicos	107.245	-	-	-	-	-	-	107.245	89.768
Exterior	67.934	-	-	-	-	-	-	67.934	57.634
Créditos com operações seguradora e resseguradora	595.735	7.688	10.799	10.038	5.698	6.205	10.088	646.251	381.738
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de resseguro	1.172.408	7.688	10.799	10.038	5.698	6.205	10.088	1.224.249	825.431

Austral Resseguradora S.A.
Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, Parte - Leblon - CEP: 22431-002 - Rio de Janeiro / RJ - Brasil
Central de Atendimento: +55 21 3125-5500 - Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800.767.0097

www.australre.com

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

A tabela a seguir apresenta o risco de crédito que a Austral Re está exposta considerando os ratings obtidos através do site da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O conceito de exposição leva em consideração as provisões de sinistros, prêmios não ganhos já repassados aos resseguradores e créditos a recuperar conforme orientação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Standard & Poor's Co	Moody's Investor Services	Fitch Ratings	AM Best	31/12/2020		31/12/2019	
				Exposição (em R\$)	Exposição (em %)	Exposição (em R\$)	Exposição (em %)
AAA	Aaa	AAA	A++	9.743	1,47	6.200	1,52
AA+	Aa1	AA+	A+	101.437	15,28	48.022	11,77
AA-	Aa3	AA-	A	316.253	47,63	211.997	51,98
A+	A1	A+	A	36.477	5,49	7.022	1,72
A	A2	A	A-	91.450	13,77	57.975	14,22
A-	A3	A-	A-	97.271	14,65	74.469	18,26
BBB+	Baa1	BBB+	B++	11.363	1,71	2.153	0,53
				663.994	100,00	407.838	100,00

- (i) O enquadramento de ratings entre as agências de risco segue a resolução CNSP 321/2015, exceto na equiparação com a AM Best, devido à granularidade dos grades desta agência.

Adicionalmente, conforme apresentado, a Companhia possui exposição somente com resseguradores de níveis mínimos: BBB+ e B++, nas agências de risco Standard & Poor's e AM Best, respectivamente.

Esta exposição em risco de crédito foi calculada de acordo com o artigo 5º do anexo I da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações posteriores.

f) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de perda decorrente da possibilidade de a Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos.

A Administração possui visibilidade diária da carteira, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente, quando necessário, a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A Austral Re tem por filosofia ser conservadora em seus ativos financeiros, entendidos como a soma de sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Atualmente, a Companhia possui 94,36% (88,08% em 31 de dezembro de 2019) da sua carteira em depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 5,52% (9,25% em 31 de dezembro de 2019) dos ativos financeiros são compostos por outros fundos de investimento com prazos de resgate de até 120 dias e 4,34% (2,44% em 31 de dezembro 2019) é composto por outros fundos de investimento com prazo de resgate acima de 120 dias.

Vale ressaltar que a Companhia faz bloqueios em ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional para cobertura das provisões técnicas e de 20% do capital de risco, mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco, conforme disposto na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015.

	31 de dezembro de 2020		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos e passivos			
Caixa e bancos	22.655	-	22.655
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	65.246	230.244	295.490
Ativos financeiros disponíveis para venda	23.648	216.441	240.089
Crédito das operações de resseguros	611.857	23.550	635.407
Títulos e créditos a receber	38.606	38.865	77.471
Outros valores e bens	317	-	317
Total de ativos	762.329	509.100	1.271.429
Contas a pagar	6.584	-	6.584
Provisões técnicas com resseguradoras (líquidos de retrocessão)	570.565	23.208	593.773
Depósito de terceiros	16.778	-	16.778
Débitos das operações de resseguros	337.950	15.739	353.689
Outros débitos	225	-	225
Total de passivos	932.102	38.947	971.049

	31 de dezembro de 2019		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos e passivos			
Caixa e bancos	31.947	-	31.947
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	269.625	14.105	283.730
Ativos financeiros disponíveis para venda	262.321	-	262.321
Crédito das operações de resseguros	618.226	28.025	646.251
Títulos e créditos a receber	72.622	22.471	95.093
Total de ativos	1.254.741	64.601	1.319.342
Contas a pagar	21.820	13.077	34.897
Provisões técnicas com resseguradoras (líquidos de retrocessão)	606.734	22.253	628.987
Depósito de terceiros	2.336	-	2.336
Débitos das operações de resseguros	319.464	8.338	327.802
Total de passivos	950.354	43.668	994.022

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

g) Risco cambial

A Austral Re possui carteira de investimentos em dólares norte americano. Consequentemente, qualquer movimentação das taxas de câmbio R\$/US\$ afetará sua demonstração de resultado e seu balanço patrimonial.

Análise de sensibilidade

Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de câmbio R\$/US\$ na carteira de investimentos em moeda estrangeira foram considerados os seguintes cenários:

- (i) Cenário base: taxa de câmbio PTAX de R\$/US\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020;
- (ii) Cenário provável: taxa de câmbio de R\$/US\$ 5,00 estimada para 31 de dezembro de 2020 pelo Relatório Focus do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2020;
- (iii) Cenário I: redução de 50,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 2,60);
- (iv) Cenário II: redução de 25,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 3,90);
- (v) Cenário III: aumento de 25% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 6,49); e
- (vi) Cenário IV: aumento de 50% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 7,79).

31 de dezembro de 2020			
Cenário	Choque	Impacto financeiro	Impacto %
Provável	(3,7%)	(5,86MM)	(1,06%)
I	(50,0%)	(78,66MM)	(14,24%)
II	(25,0%)	(39,33MM)	(7,12%)
III	25,0%	+39,33MM	7,12%
IV	50,0%	+78,66MM	14,24%
31 de dezembro de 2020			
Cenário	Choque	Impacto financeiro	Impacto %
Provável (R\$/US\$ 4,08)	1,4%	+1,50MM	0,26%
I (R\$/US\$ 2,01)	(50,0%)	(54,82MM)	(9,53%)
II (R\$/US\$ 3,02)	(25,0%)	(27,41MM)	(4,76%)
III (R\$/US\$ 5,03)	25,0%	+27,41MM	4,76%
IV (R\$/US\$ 6,04)	50,0%	+54,82MM	9,53%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

6. Aplicações financeiras

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

31 de dezembro de 2020									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil (mercado)	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:									
Letras financeiras do tesouro - LFT	Selic	-	15.298	220.281	1.909	237.488	237.488	45%	45%
Certificado de depósito no exterior	0,01%	-	2.970	-	-	2.970	2.970	-	-
Quotas de fundos de investimentos	-	55.032	-	-	-	55.032	55.032	10%	10%
II. Títulos disponíveis para venda:									
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	-	25.626	25.626	23.793	5%	4%
Debêntures	CDI+	-	-	31.733	11.917	43.650	44.420	8%	8%
Letra financeira - LF	CDI%	-	19.932	7.476	-	27.408	27.525	5%	5%
Nota comercial - NC	CDI-	-	3.715	2.437	-	6.152	6.208	2%	1%
Títulos públicos no exterior	2,63%	-	-	81.999	-	81.999	80.181	15%	15%
Títulos privados no exterior	5,50%	-	-	55.253	-	55.253	54.083	10%	10%
Total		55.032	41.915	399.179	39.452	535.578	531.700	100%	100%

31 de dezembro de 2019									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil (mercado)	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:									
Letras financeiras do tesouro - LFT	Selic	-	29.829	81.976	90.737	202.542	202.542	38%	-
Ações	[B3]	1.325	-	-	-	1.325	1.325	-	2%
Certificado de depósito no exterior	1,37%	-	12.306	-	-	12.306	12.306	2%	-
Quotas de fundos de investimentos	-	67.557	-	-	-	67.557	67.557	13%	-
II. Títulos disponíveis para venda:									
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	15.326	91.919	107.245	97.205	18%	84%
Debêntures	CDI+	-	78	26.997	21.030	48.105	48.325	9%	(2%)
Letra financeira - LF	CDI%	-	6.271	26.747	-	33.018	33.012	6%	-
Nota comercial - NC	CDI+	-	-	6.019	-	6.019	6.013	2%	-
Títulos públicos no exterior	4,63%	-	-	33.743	17.482	51.225	49.543	9%	14%
Títulos privados no exterior	5,89%	-	-	16.709	-	16.709	16.506	3%	2%
Total		68.882	48.484	207.517	221.168	546.051	534.334	100%	100%

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, informado pelos administradores dos respectivos fundos.

O valor de mercado dos fundos imobiliários listados em carteira foi obtido a partir do preço divulgado pelo administrador.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

b) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 01” cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
<u>I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:</u>						
Fundos de investimento:						
Quotas de fundos de investimentos	14.700	40.332	55.032	67.557	-	67.557
Títulos de renda fixa – privados:						
Certificado de depósito no exterior	-	2.970	2.970	-	12.306	12.306
Títulos de renda fixa – públicos:						
Letras financeiras do tesouro – LFT	237.488	-	237.488	202.542	-	202.542
Títulos de renda variável:						
Ações	-	-	-	1.325	-	1.325
<u>II. Títulos disponíveis para venda:</u>						
Títulos de renda fixa – privados:						
Debêntures	43.650	-	43.650	48.105	-	48.105
Letras financeiras	27.408	-	27.408	33.018	-	33.018
Nota comercial	6.152	-	6.152	6.019	-	6.019
Certificado de depósito no exterior	-	-	-	-	-	-
Corporate bonds	55.253	-	55.253	16.709	-	16.709
Títulos de renda fixa - públicos						
Notas do tesouro nacional - NTN-B	25.626	-	25.626	107.245	-	107.245
Global bonds	81.999	-	81.999	51.225	-	51.225
Total	492.276	43.302	535.578	533.745	12.306	546.051

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo final em 31 de dezembro 2018	273.151	147.402	420.553
(+) Aplicações	358.639	94.477	453.116
(-) Resgates	(374.464)	(8.840)	(383.304)
(+) Rendimentos	25.892	19.535	45.427
(+/-) Oscilação cambial	512	2.654	3.166
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	7.093	7.093
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	283.730	262.321	546.051
(+) Aplicações	387.080	94.765	481.845
(-) Resgates	(378.414)	(155.029)	(533.443)
(+) Rendimentos	(643)	20.259	19.616
(+/-) Oscilação cambial	3.737	25.993	29.730
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(7.836)	(7.836)
(-) Provisão desvalorização título renda fixa	-	(385)	(385)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	295.490	240.088	535.578

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

7. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, com suas alterações posteriores, e a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas respectivas alterações, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte dos resseguradores locais. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão de prêmios não ganhos	371.126	388.496
Provisão de sinistros a liquidar	540.583	505.125
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	274.869	215.062
Provisão de excedentes técnicos	13.603	8.955
Provisão de despesas relacionadas	2	-
Total das provisões técnicas	1.200.183	1.117.638
Direitos creditórios	(256.014)	(277.274)
Custos de aquisição diferidos redutores	(2.727)	(2.940)
Ativos de retrocessão cedida redutores de IBNR	(115.558)	(71.213)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PSL	(291.535)	(239.073)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PPNG	(47.423)	(50.958)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PET	(3.747)	(2.060)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PDR	(1)	-
Total das exclusões	(717.005)	(643.518)
Total das provisões técnicas para cobertura	483.178	474.120
Ativos de liquidez (20% do capital de risco)	26.026	22.066
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:		
Letras financeiras do tesouro – LFT	237.487	199.389
Notas do tesouro nacional - NTN-B	25.627	107.244
Título privados	77.208	87.142
Quotas de fundos de investimento	51.346	39.777
Título público no exterior	81.999	51.225
Título privado no exterior	55.254	16.709
Total de ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	528.921	501.486
Suficiência das provisões técnicas	45.743	27.366
Suficiência das provisões técnicas + ativos de liquidez	19.717	5.300

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

8. Crédito das operações com resseguros

a) *Aging* prêmios a receber

	31/12/2020	31/12/2019
<i>Aging</i> de prêmios a receber		
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	24.981	60.644
De 31 a 60 dias	23.072	16.015
De 61 a 120 dias	40.316	14.357
De 121 a 180 dias	286.018	306.088
De 181 a 360 dias	100.479	118.335
Superior a 360 dias	23.550	28.025
Total de prêmios a vencer	498.416	543.464
Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	7.364	10.509
De 31 a 60 dias	5.103	10.799
De 61 a 120 dias	7.960	10.038
De 121 a 180 dias	2.621	5.698
De 181 a 360 dias	9.554	6.205
Superior a 360 dias	16.517	10.088
Total de prêmios vencidos	49.119	53.337
Provisão para perda de valor recuperável	(6.764)	(2.821)
Total de prêmios a receber	540.771	593.980
Recuperação de Corretagem	199	701
Recuperação de Prêmio de Retrocessão	8.825	-
Recuperação de sinistro efetivamente pago	75.907	42.074
Participações nos lucros a receber	10.626	1.870
PDD de Sinistro	(3.334)	-
Outros créditos a receber	2.413	7.626
Outros créditos das operações	94.636	52.271
Total circulante	611.857	618.226
Total não circulante	23.550	28.025
Total de crédito das operações	635.407	646.251
Movimentação dos prêmios a receber:		
Saldo inicial	593.980	349.731
(+) Prêmios emitidos (*)	846.732	791.624
(-) Recebimentos	(895.998)	(545.259)
(-) Provisão para perda de valor recuperável	(3.943)	(2.116)
Saldo final	540.771	593.980

(*) Saldo inclui variação cambial e cancelamentos.

Cabe destacar que parte dos valores de prêmios vencidos foi contabilizada como redução ao valor recuperável, uma vez que a Companhia considera um risco para o recebimento dos mesmos, conforme apresentado no estudo de redução ao valor recuperável dos prêmios a receber.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

b) Prazo médio de diferimento

- A tabela abaixo demonstra o prazo médio total de diferimento por grupo de ramo, considerando o total de vigência do contrato e, ainda, a adição dos prazos médios das apólices inseridas nos contratos proporcionais e não proporcionais de resseguro.

	2020	2019
Grupos	Prazo de diferimento do contrato de resseguro (em meses)	Prazo de diferimento do contrato de resseguro (em meses)
Patrimonial	29	26
Riscos especiais	23	20
Responsabilidades	33	27
Automóvel	7	5
Transportes	19	21
Riscos financeiros	49	47
Pessoas coletivo	15	38
Rural	19	19
Outros	50	48
Pessoas Individual	13	5
Marítimos	19	16
Aeronáuticos	21	20
Petróleo	15	14
Saúde	12	12
Aceitações do exterior	27	23

9. Ativos de retrocessão – provisões técnicas

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos de retrocessão cedida de IBNR	115.558	71.213
Ativos de retrocessão cedida de PSL	291.535	239.073
Ativos de retrocessão cedida de PPNG	195.570	176.300
Ativos de retrocessão cedida de PET	3.747	2.060
Outros ativos de retrocessão	-	5
Total geral	606.410	488.651
Total circulante	558.901	454.389
Total não circulante	47.509	34.262

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

10. Títulos e créditos a receber

a) Títulos e créditos a receber

Os saldos de créditos a receber em 31 de dezembro de 2020 está composto por (i) R\$8.384 de ressarcimentos a receber (liquido de redução ao valor recuperável), (R\$ 45.411 em 31 de dezembro de 2019), (ii) R\$ 1.773 participação nos lucros a receber (R\$4.559 em 31 de dezembro de 2019) e (iii) R\$ 0 outras contas a receber (R\$ 17 em 31 de dezembro de 2019).

Aging de ressarcimentos a receber (efetivo e estimado) por grupo de ramo

<u>Aging de permanência</u>	Saldos reclassificados	
	31/12/2020	31/12/2019
Patrimonial		
De 1 a 30 dias	-	3.798
De 61 a 120 dias	-	8.043
De 181 a 365 dias	3.172	5
Superior a 365 dias	5.212	-
Riscos financeiros		
De 121 a 180 dias	-	28.125
De 181 a 365 dias	28.125	472
Superior a 365 dias	3.993	3.520
Transportes		
De 1 a 30 dias	-	1.448
Total circulante e não circulante	40.502	45.411
<u>Expectativa de realização</u>	31/12/2020	31/12/2019
Patrimonial		
De 331 a 360 dias	8.384	11.846
Riscos financeiros		
De 331 a 360 dias	32.118	32.117
Transportes		
De 331 a 360 dias	-	1.448
Total circulante e não circulante	40.502	45.411
Redução ao valor recuperável (*)	(32.118)	-
Total circulante e não circulante	8.384	45.411

(*) A Companhia constituiu redução ao valor recuperável de ressarcimentos, no montante de R\$ 32.118.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

b) Créditos tributários e previdenciários

	31/12/2019	Constituições	Reversões / Compensações	Atualizações	31/12/2020
Ativo Circulante					
Antecipação de IRPJ	6.761	14.680	(7.484)	362	14.319
Antecipação de CSLL	2.361	6.544	(3.902)	55	5.058
Crédito de IRRF exterior a recuperar	802	251	(34)	-	1.019
Crédito de IRRF pago a maior	68	424	(591)	7	(92)
Crédito de PIS e COFINS	431	637	(652)	16	432
PIS e COFINS sobre PSL/IBNR	12.074	5.215	(10.020)	-	7.269
Total	22.497	27.751	(22.683)	440	28.005

Os créditos tributários de PIS e COFINS possuem perspectiva de realização no curto prazo principalmente os créditos calculados sobre o saldo de Provisão de sinistros a liquidar – PSL e Sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro.

Apresentamos abaixo o quadro com os créditos e débitos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição:

	31/12/2019	Constituições	Reversões / Compensações	31/12/2020
Ativo Não Circulante	22.471	37.230	(12.433)	47.268
Crédito de prejuízo fiscal - IRPJ	12.468	25.079	(8.105)	29.442
Crédito de base negativa - CSLL	10.003	12.151	(4.328)	17.826
Passivo Não Circulante	13.077	41.547	(46.221)	8.403
Ajustes temporais IRPJ	8.173	26.026	(28.888)	5.311
Ajustes temporais CSLL	4.904	15.521	(17.333)	3.092
Total créditos (-) débitos tributários	9.394			38.865

c) Estimativas de realização dos créditos tributários

As estimativas de realização dos Créditos Tributários de prejuízo fiscal e base negativa existentes em 31 de dezembro de 2020, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudos e projeções da administração, são os seguintes:

Ano	IR	%	CSLL	%
2021	5.300	18%	3.209	18%
2022	7.655	26%	4.635	26%
2023	12.660	43%	7.665	43%
2024	3.827	13%	2.317	13%
Totais	29.442		17.826	

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

11. Custos de aquisição diferidos

Grupo	31/12/2019	Constituição	Diferimento / cancelamento	31/12/2020
Patrimonial	2.785	714	(536)	2.963
Riscos Especiais	35	3	(30)	8
Responsabilidades	408	124	(158)	374
Automóvel	72	53	(56)	69
Transportes	1.029	1.258	(413)	1.874
Riscos Financeiros	822	200	(183)	839
Pessoas Coletivo	456	277	(383)	350
Habitacional	81	72	(151)	2
Rural	390	28	(385)	33
Outros	8	-	(6)	2
Pessoas Individual	20	-	(20)	-
Marítimos	454	638	(420)	672
Aeronauticos	976	1.866	(967)	1.875
Petróleo	506	566	(359)	713
Saúde	11	314	(166)	159
Aceitações do exterior	3.801	1.850	(1.055)	4.596
Total circulante e não circulante	11.854	7.968	5.293	14.529

Grupo	31/12/2018	Constituição	Diferimento / cancelamento	31/12/2019
Patrimonial	2.285	1.789	(1.289)	2.785
Riscos Especiais	53	74	(92)	35
Responsabilidades	114	428	(134)	408
Automóvel	17	94	(39)	72
Transportes	577	981	(529)	1.029
Riscos Financeiros	219	844	(241)	822
Pessoas Coletivo	168	369	(81)	456
Habitacional	-	95	(14)	81
Rural	181	596	(387)	390
Outros	50	6	(48)	8
Pessoas Individual	4	23	(7)	20
Marítimos	261	418	(225)	454
Aeronauticos	759	1.188	(971)	976
Petróleo	247	503	(244)	506
Saúde	31	16	(36)	11
Aceitações do exterior	304	3.935	(438)	3.801
Total circulante e não circulante	5.270	11.359	(4.775)	11.854

Os custos de aquisição diferidos mencionados acima correspondem em sua totalidade às despesas de comissão registradas quando da aceitação dos contratos ou no início de vigência, o que ocorrer primeiro, e são apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio. Todas as despesas de comissão diferidas foram consideradas no teste de adequação de passivo.

AUSTRAL/Re

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

12. Imobilizado

	Taxa Anual de depreciação	31/12/2019	Aquisições/ Baixas	Depreciação	31/12/2020
Equipamentos de informática	20%	324	201	(111)	414
Sistemas de telecomunicações	10%	57	4	(18)	43
Móveis, máquinas e utensílios	10%	39	31	(23)	47
Sistemas de refrigeração e segurança	10%	5	-	(4)	1
Instalações	10%	162	(7)	(25)	130
Total		587	229	(181)	635

	Taxa Anual de depreciação	31/12/2018	Aquisições/ Baixas	Depreciação	31/12/2019
Equipamentos de informática	20%	94	290	(60)	324
Sistemas de telecomunicações	10%	25	46	(14)	57
Móveis, máquinas e utensílios	10%	47	14	(22)	39
Sistemas de refrigeração e segurança	10%	9	-	(4)	5
Instalações	10%	179	8	(25)	162
Total		354	358	(125)	587

13. Intangível

	Taxa Anual de amortização	31/12/2019	Aquisições/ Baixas	Amortização	31/12/2020
Direito de uso software terceiros	20%	489	1.066	(206)	1.349
Outros intangíveis (i)	-	-	13.913	-	13.913
Total		489	14.979	(206)	15.262

	Taxa Anual de amortização	31/12/2018	Aquisições/ Baixas	Amortização	31/12/2019
Direito de uso software terceiros	20%	252	374	(137)	489
Outros intangíveis	20%	1.449	-	(1.449)	-
Total		1.701	374	(1.586)	489

(i) Refere-se ao ágio (goodwill) gerado na aquisição da Terra Brasis Resseguros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

14. Débitos das operações com resseguradoras

a) Operações com resseguradoras

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prêmios de retrocessão cedida	411.955	343.899
Comissão	(116.695)	(93.245)
Sinistros	5.517	40.068
Redução ao valor recuperável prêmio	(1.498)	(567)
Outros	8.694	5.330
Total circulante	307.973	295.485
Prêmios de retrocessão cedida	22.048	14.068
Comissão	(6.436)	(6.061)
Sinistros	31.779	-
Redução ao valor recuperável ressarcimento	(31.779)	-
Total não circulante	15.612	8.007
Total circulante e não circulante	323.585	303.492

15. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de resseguro e prêmios de retrocessão aceita, cujos contratos ainda não foram identificados, sendo classificados no passivo circulante. O *aging* de depósitos de terceiros está distribuído da seguinte forma:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aging de depósitos de terceiros:		
De 1 a 30 dias	13.420	470
De 31 a 60 dias	175	204
De 61 a 120 dias	581	454
De 121 a 180 dias	438	336
De 181 a 360 dias	1.166	480
Superior a 360 dias	998	392
Total	16.778	2.336

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

16. Provisões técnicas com resseguradoras

Grupos	Provisão de resseguros (Passivo)		Parcela de retrocessão (Ativo)		Resseguro (-) retrocessão = provisão líquida	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Patrimonial	92.053	63.297	(60.604)	(30.486)	31.449	32.811
Riscos especiais	70	296	(14)	(78)	56	218
Responsabilidades	20.716	15.960	(12.596)	(9.674)	8.120	6.286
Automóvel	14.042	37.461	(558)	(769)	13.484	36.692
Transportes	36.058	31.186	(20.503)	(20.441)	15.555	10.745
Riscos financeiros	73.740	91.125	(56.786)	(66.945)	16.954	24.180
Pessoas coletivo	4.135	13.602	(1.758)	(6.483)	2.377	7.119
Habitacional	164	1.468	(47)	(657)	117	811
Rural	11.753	26.552	(6.791)	(11.733)	4.962	14.819
Outros	218	1.054	(15)	(68)	203	986
Pessoas individual	411	1.747	(156)	(575)	255	1.172
Marítimos	7.170	4.091	(2.939)	(1.713)	4.231	2.378
Aeronáuticos	23.191	15.433	(13.274)	(10.181)	9.917	5.252
Petróleo	13.050	9.561	(8.085)	(6.969)	4.965	2.592
Saúde	2.028	160	-	-	2.028	160
Aceitações do exterior	72.327	75.503	(11.444)	(9.528)	60.883	65.975
Provisão de prêmios não ganhos	371.126	388.496	(195.570)	(176.300)	175.556	212.196
Patrimonial	148.484	134.471	(96.342)	(84.605)	52.142	49.866
Riscos especiais	1.467	2.965	(950)	(1.063)	517	1.902
Responsabilidades	24.175	21.497	(10.402)	(5.989)	13.773	15.508
Automóvel	8.248	8.088	(93)	(93)	8.155	7.995
Transportes	74.577	57.277	(51.582)	(36.433)	22.995	20.844
Riscos financeiros	42.202	36.272	(25.354)	(22.869)	16.848	13.403
Pessoas coletivo	34.860	55.971	(13.410)	(21.938)	21.450	34.033
Habitacional	837	19	(398)	(4)	439	15
Rural	39.909	22.165	(22.086)	(11.947)	17.823	10.218
Outros	15.518	24.816	(902)	(1.275)	14.616	23.541
Pessoas individual	5.747	-	(2.299)	-	3.448	-
Marítimos	43.969	32.657	(36.260)	(28.583)	7.709	4.074
Aeronáuticos	22.310	19.251	(16.082)	(16.113)	6.228	3.138
Petróleo	15.148	5.795	(5.891)	(2.318)	9.257	3.477
Aceitações do exterior	63.132	83.881	(9.484)	(5.843)	53.648	78.038
Provisão de sinistros a liquidar	540.583	505.125	(291.535)	(239.073)	249.048	266.052

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Patrimonial	45.679	26.754	(27.547)	(12.467)	18.132	14.287
Riscos especiais	329	400	(197)	(232)	132	168
Responsabilidades	7.383	4.029	(4.236)	(1.950)	3.147	2.079
Automóvel	10.263	14.156	(42)	(53)	10.221	14.103
Transportes	27.148	17.429	(14.808)	(8.015)	12.340	9.414
Riscos financeiros	15.515	19.367	(13.884)	(14.475)	1.631	4.892
Pessoas coletivo	24.006	29.912	(10.229)	(14.090)	13.777	15.822
Habitacional	1.003	1.348	(421)	(666)	582	682
Rural	32.698	22.863	(26.994)	(10.175)	5.704	12.688
Outros	4.248	9.140	(245)	(254)	4.003	8.886
Pessoas individual	1.783	245	(662)	(73)	1.121	172
Marítimos	2.760	2.132	(1.258)	(922)	1.502	1.210
Aeronáuticos	7.775	3.246	(5.300)	(2.590)	2.475	656
Petróleo	3.338	1.520	(2.023)	(795)	1.315	725
Saúde	731	138	(7)	(11)	724	127
Aceitações do exterior	90.210	62.383	(7.705)	(4.445)	82.505	57.938
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	274.869	215.062	(115.558)	(71.213)	159.311	143.849
Patrimonial	2441	465	(70)	(77)	171	388
Responsabilidades	39	17	(3)	(2)	36	15
Automóvel	141	79	(43)	(4)	98	75
Transportes	89	160	(29)	(35)	60	125
Riscos financeiros	5.270	3.226	(2.430)	(1.452)	2.840	1.774
Pessoas coletivo	1.144	962	(320)	(232)	824	730
Habitacional	74	7	(24)	(4)	50	3
Rural	66	28	(13)	(1)	53	27
Outros	972	1.569	(8)	(43)	964	1.526
Pessoas individual	696	217	(254)	(6)	442	211
Marítimos	4	49	(1)	(8)	3	41
Aeronáuticos	11	8	(4)	(2)	7	6
Aceitações do exterior	4.856	2.168	(548)	(194)	4.308	1.974
Provisão de excedente técnico	13.603	8.955	(3.747)	(2.060)	9.856	6.895
Patrimonial	-	-	-	(5)	-	(5)
Rural	2	-	-	-	2	-
Provisão de despesas relacionadas	2	-	-	(5)	2	(5)
Total circulante	1.129.466	1.061.123	(558.901)	(454.389)	570.565	606.734
Total não circulante	70.717	56.515	(47.509)	(34.262)	23.208	22.253
Total geral	1.200.183	1.117.638	(606.410)	(488.651)	593.773	628.987

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

As movimentações das provisões técnicas estão demonstradas na tabela abaixo:

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Resseguro	Retrocessão	Retido	Resseguro	Retrocessão	Retido
Provisões de sinistro e prêmios						
Provisão de sinistros a liquidar	540.583	(291.535)	249.048	505.125	(239.073)	266.052
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	274.869	(115.558)	159.311	215.062	(71.213)	143.849
Provisão de despesas relacionadas	2	-	2	-	(5)	(5)
Provisão total de sinistros	815.454	(407.093)	408.361	720.187	(310.291)	409.896
Provisão de prêmios não ganhos	371.126	(195.570)	175.556	388.496	(176.300)	212.196
Provisão de excedente técnico	13.603	(3.747)	9.856	8.955	(2.060)	6.895
Provisão total de prêmios	384.729	(199.317)	185.412	397.451	(178.360)	219.091
Total	1.200.183	(606.410)	593.773	1.117.638	(488.651)	628.987
Desenvolvimento das provisões de sinistros						
Em 1º de janeiro	720.187	(310.291)	409.896	495.730	(234.645)	261.085
Saldos de incorporação	-	-	-	147.976	(75.499)	72.477
Sinistros ocorridos no período	787.754	(297.713)	490.041	639.637	(261.778)	377.859
Sinistros pagos no período	(745.194)	217.501	(527.693)	(564.750)	265.467	(299.283)
Variação cambial	52.704	(16.590)	36.114	1.603	(3.836)	(2.233)
Atualização monetária	3	-	3	(9)	-	(9)
No final do período	815.454	(407.093)	408.361	720.187	(310.291)	409.896
Desenvolvimento das provisões de prêmios						
Em 1º de janeiro	397.451	(178.360)	219.091	205.190	(97.440)	107.750
Saldos de incorporação	-	-	-	104.315	(43.742)	60.573
Prêmios emitidos no período	786.764	(352.043)	434.721	630.881	(231.349)	399.532
Prêmio ganho no período	(798.455)	330.708	(467.747)	(563.786)	208.744	(355.042)
Variação cambial	(1.031)	378	(653)	20.851	(14.573)	6.278
No final do período	384.729	(199.317)	185.412	397.451	(178.360)	219.091
Desenvolvimento da provisão de PSL						
Em 1º de janeiro	505.125	(239.073)	266.052	346.520	(196.520)	150.000
Saldos de incorporação	-	-	-	127.504	(72.941)	54.563
Movimento	35.458	(52.462)	(17.004)	31.101	30.388	61.489
No final do período	540.583	(291.535)	249.048	505.125	(239.073)	266.052
Desenvolvimento da provisão de IBNR						
Em 1º de janeiro	215.062	(71.213)	143.849	149.150	(38.125)	111.025
Saldos de incorporação	-	-	-	25.584	(18.645)	6.939
Movimento	59.807	(44.345)	15.462	40.328	(14.443)	25.885
No final do período	274.869	(115.558)	159.311	215.062	(71.213)	143.849
Desenvolvimento da provisão de PDR						
Em 1º de janeiro	-	(5)	(5)	60	-	60
Saldos de incorporação	-	-	-	505	-	505
Movimento	2	5	7	(565)	(5)	(570)
No final do período	2	-	2	-	(5)	(5)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

17. Desenvolvimento de sinistros

Devido às particularidades das operações de resseguro, a Companhia não possui informações detalhadas de cada sinistro oriundo de contratos automáticos com a evolução individualizada do seu valor no tempo. Assim, esse montante de sinistro varia à medida que as informações mais atualizadas são obtidas através das prestações de contas enviadas pelas cedentes sobre os contratos subscritos.

A seguir apresentaremos o desenvolvimento dos sinistros avisados à Companhia por ano de subscrição, os pagamentos de sinistros e a atualização de sinistros judiciais de cada ano. Nessa análise, os contratos subscritos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio informada pelo Banco Central do Brasil - BACEN, na data base de 31 de dezembro de 2020.

Desenvolvimentos dos sinistros avisados de resseguro:

Montante Avisado sinistros							Total
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
No ano de subscrição	126.273	177.523	218.572	54.051	188.041	138.163	902.623
Um ano após o ano de subscrição	111.714	162.813	239.580	326.451	473.742	-	1.314.300
Dois anos após o ano de subscrição	142.235	53.416	135.223	111.568	-	-	442.442
Três anos após o ano de subscrição	48.808	4.342	(5.013)	-	-	-	48.137
Quatro anos após o ano de subscrição	(16.636)	(6.097)	-	-	-	-	(22.733)
Cinco anos após o ano de subscrição	5.474	-	-	-	-	-	5.474
Total	417.868	391.997	588.362	492.070	661.783	138.163	2.690.243

Em	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Juros (Judicial)	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos	334.831	365.341	537.696	390.777	487.235	107.766	2.223.646
Passivo em relação a anos anteriores a 2015							83.500
Expectativa de salvo/ressarcimento							9.514
PSL							540.583

* não inclui os saldos e movimentações de salvados e ressarcimentos na redução de PSL.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Desenvolvimentos dos sinistros avisados a recuperar de retrocessão:

Montante Avisado sinistros							Total
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
No ano de subscrição	40.671	17.627	24.648	35.217	43.911	24.707	186.781
Um ano após o ano de subscrição	45.581	52.236	85.557	107.864	181.533	-	472.771
Dois anos após o ano de subscrição	98.620	25.268	42.013	51.459	-	-	217.360
Três anos após o ano de subscrição	31.892	(350)	(8.688)	-	-	-	22.854
Quatro anos após o ano de subscrição	(21.962)	(4.782)	-	-	-	-	(26.744)
Cinco anos após o ano de subscrição	3.482	-	-	-	-	-	3.482
Total	198.284	89.999	143.530	194.540	225.444	24.707	876.504

Em	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Juros (Judicial)	-	-	-	-	-	-	-

Pagos em	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Pagamentos	137.557	72.541	117.468	141.486	135.845	6.713	611.610

Passivo em relação a anos anteriores a 2015	33.699
Expectativa de salvado/ressarcimento	7.058
PSL	291.535

* não inclui os saldos e movimentações de salvados e ressarcimentos na redução de PSL.

Desenvolvimentos dos sinistros avisados retidos

Montante Avisado sinistros							Total
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
No ano de subscrição	85.602	159.896	193.924	18.834	144.130	113.456	715.842
Um ano após o ano de subscrição	66.133	110.577	154.023	218.587	292.209	-	841.529
Dois anos após o ano de subscrição	43.615	28.148	93.210	60.109	-	-	225.082
Três anos após o ano de subscrição	16.916	4.692	3.675	-	-	-	25.283
Quatro anos após o ano de subscrição	5.326	(1.315)	-	-	-	-	4.011
Cinco anos após o ano de subscrição	1.992	-	-	-	-	-	1.992
Total	219.584	301.998	444.832	297.530	436.339	113.456	1.813.739

Pagos em	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Pagamentos	197.274	292.800	420.228	249.291	351.390	101.053	1.612.036

Passivo em relação a anos anteriores a 2015	49.801
Expectativa de salvado/ressarcimento	2.456
PSL	249.048

* não inclui os saldos e movimentações de salvados e ressarcimentos na redução de PSL.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

18. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 251.763, dividido em 302.648.450 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva de capital

Essa reserva foi constituída em decorrência do processo de incorporação da Terra Brasis Resseguros, descrito na nota explicativa 1.2, em contrapartida ao acervo líquido incorporado.

c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2019, foi deliberada a provisão de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 17.389, calculado sobre o patrimônio líquido pela taxa de juros de longo prazo (TJLP) reduzindo lucros acumulados.

d) Incorporação da Terra Brasis Resseguros S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2019, foi deliberada a incorporação da Terra Brasis pela Companhia (vide nota 1.2), sendo que, após a referida incorporação, o capital social da Austral Re passou de R\$ 234.468 para R\$ 240.000, dividido em 292.666.284 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

e) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio líquido	330.955	338.787
Despesas antecipadas	(150)	(464)
Créditos tributários prejuízo fiscal / bases negativas	(47.270)	(22.471)
Ativo intangível	(15.262)	(489)
Acréscimo do superávit entre as provisões constituídas	2.501	10.733
Patrimônio líquido ajustado - PLA	270.774	326.096
Capital base - CB (a)	60.000	60.000
Capital adicional de risco de subscrição - CRSub	96.902	74.526
Capital adicional de risco de crédito - CRCr	40.484	32.400
Capital adicional de risco de mercado - CRMerc	8.051	26.828
Capital adicional de risco operacional - CROp	5.350	4.582
Benefício da diversificação	(20.659)	(28.053)
Capital de risco - CR (b)	130.128	110.283
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	130.128	110.283
Patrimônio líquido ajustado	270.774	326.096
(-) Exigência de capital - EC	130.128	110.283
Suficiência de capital	140.646	215.813
% Suficiência de capital = Patrimônio Líquido Ajustado / Exigência de Capital	208,08%	295,69%

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações posteriores, preveem que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre o capital base e o capital de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão reconciliados, como se segue:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(53.332)	(53.332)	(40.515)	(40.515)
Participações estatutárias no lucro	(1.150)	(1.150)	(2.922)	(2.922)
Juros sobre o capital	-	-	(17.389)	(17.389)
Base de cálculo	(54.482)	(54.482)	(60.826)	(60.826)
Encargo total do IRPJ e da CSLL às alíquotas vigentes	13.620	8.172	15.207	9.124
(Inclusões) / exclusões permanentes no cálculo da tributação:	77	141	(4.227)	(14)
Operações em seguro rural	-	-	(4.092)	-
Outras (inclusões) / exclusões permanentes	77	141	(135)	(14)
(Inclusões) / exclusões temporárias no cálculo da tributação:	(896)	(538)	1.488	893
Variação cambial	(892)	(535)	925	555
Ajuste a valor de mercado	1.516	909	1.066	640
Outras provisões	(1.520)	(912)	(503)	(302)
(Despesa) / receita de imposto de renda e contribuição social	12.801	7.775	12.468	10.003
Baixa PF e BN - Incorporação	-	-	(1.015)	(610)
Ajuste de anos anteriores	3.926	49	(55)	(45)
(Despesa) / receita de tributos diferidos	872	618	(2.071)	(1.243)
Total de receita / (despesa)	17.599	8.442	9.327	8.105
Alíquota efetiva	(32%)	(15%)	(15%)	(13%)

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de setembro de 2015. Em 7 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, que reduz a alíquota de 20% para 15%, a partir de janeiro de 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

20. Transações com partes relacionadas

A Companhia efetua operações com empresas relacionadas ao Grupo Vinci Partners Ltda., Brasil Plural e ao International Finance Corporation - IFC. As principais operações com essas empresas compreendem a gestão da carteira de investimentos, cujos valores são registrados em despesas financeiras, emissão de contrato de resseguros cujos valores são registrados em prêmios emitidos, provisões técnicas, sinistros ocorridos e receitas e despesas operacionais.

Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receita/(Despesas)	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Vinci Gestora de Recursos Ltda. [a]	-	-	1.911	52	(2.465)	(478)
Austral Participações II S.A. [b]	-	-	-	13.217	-	-
Brasil Plural [b]	-	-	-	3.549	-	-
IFC [b]	-	-	-	623	-	-
Braquiara Empreendimentos [c]	-	-	-	-	-	(436)
Austral Seguradora S.A. [d]	75.506	69.416	32.278	36.300	35.895	(24.813)
Administradores [e]	-	-	-	-	(1.668)	(407)
Total	75.506	69.416	34.189	53.741	31.762	(26.134)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

[a] São operações que envolvem pagamento de taxa de administração de carteira e investimento;

[b] São operações que envolvem pagamento de juros sobre capital próprio;

[c] São operações que envolvem pagamento de aluguel de imóvel;

[d] São operações que envolvem contratos de resseguro; e

[e] Remuneração da diretoria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

21. Grupos de ramos de atuação

Os grupos de ramo em que a Companhia opera e seus indicadores de desempenho em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são:

Grupos de atuação	Prêmios ganhos		Índice de Sinistralidade (%) (a)		Índice de Comercialização (%) (b)	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Patrimonial	142.918	91.902	86,59	72,49	3,33	4,75
Riscos especiais	16	199	(9.909,23)	(2.846,73)	(81,61)	35,68
Responsabilidades	22.815	12.859	54,89	1,23	2,14	1,56
Automóvel	160.674	150.276	97,29	82,94	0,08	0,09
Transportes	81.152	48.349	103,25	58,45	2,70	1,89
Riscos financeiros	49.254	36.779	8,08	241,98	0,44	0,31
Pessoas coletivo	32.528	64.955	208,07	122,16	3,29	2,32
Habitacional	3.764	895	44,26	41,23	4,79	1,56
Rural	72.893	38.510	202,83	171,55	1,02	1,97
Outros	2.822	4.448	(94,33)	(100,52)	2,23	2,74
Pessoas individual	10.236	234	83,91	(8,97)	0,25	1,28
Marítimos	8.575	4.639	92,25	94,93	11,08	11,99
Aeronáuticos	36.979	21.886	78,93	106,07	8,29	9,33
Petróleo	18.718	10.323	71,41	53,78	5,01	6,51
Saúde	2.719	768	39,65	(19,79)	6,01	5,34
Aceitações do exterior	152.392	76.764	89,33	154,77	5,50	4,28
Total prêmio ganho	798.455	563.786	98,89	105,74	2,92	2,63

Grupos de atuação	Prêmio ganho retido		Índice de sinistralidade retida (%) (a)	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Patrimonial	46.474	31.366	97,68	113,81
Riscos especiais	163	861	(746,57)	(265,82)
Responsabilidades	9.095	4.097	44,61	24,18
Automóvel	160.627	150.269	97,32	82,93
Transportes	20.365	8.369	83,36	38,35
Riscos financeiros	8.533	8.985	10,71	42,16
Pessoas coletivo	15.794	35.556	236,88	125,92
Habitacional	2.370	1.149	40,34	4,82
Rural	43.532	29.743	173,56	154,50
Outros	2.293	2.397	(146,74)	(198,14)
Pessoas individual	6.504	120	80,77	(59,85)
Marítimos	4.207	1.895	122,64	76,88
Aeronáuticos	13.768	7.914	68,88	32,18
Petróleo	5.609	3.080	134,11	113,84
Saúde	2.719	759	39,82	(16,01)
Aceitações do exterior	125.695	68.482	101,46	161,71
Total prêmio ganho retido	467.748	355.042	104,55	104,24

(a) Índice de sinistralidade = (indenizações avisadas + despesas com sinistros + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)) / Prêmio Ganho.

(b) Índice de comercialização = custo de aquisição / Prêmio Ganho.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

A composição de prêmios de resseguro e retrocessão aceita (prêmio emitido líquido) antes e depois dos prêmios cedidos em retrocessão está demonstrada abaixo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	Prêmio emitido líquido		Prêmio cedido retrocessão		Prêmio líquido (-) retrocessão = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual retrocedido	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Patrimonial	171.498	86.869	(126.563)	(56.095)	44.935	30.774	26,20	35,43	73,80	64,57
Riscos especiais	(226)	309	215	795	(11)	1.104	357,28	357,28	95,13	(257,28)
Responsabilidades	27.579	17.331	(16.605)	(12.966)	10.974	4.365	25,19	25,19	60,21	74,81
Automóvel	137.315	160.208	125	2	137.440	160.210	100,09	100,00	(0,09)	-
Transportes	86.020	56.915	(60.828)	(44.382)	25.192	12.533	29,29	22,02	70,71	77,98
Riscos financeiros	34.044	48.749	(31.614)	(31.676)	2.430	17.073	7,14	35,02	92,86	64,98
Pessoas coletivo	23.265	66.354	(12.108)	(29.672)	11.157	36.682	47,96	55,28	52,04	44,72
Habitacional	2.527	774	(805)	(308)	1.722	466	68,14	60,21	31,86	39,79
Rural	58.127	48.016	(24.431)	(13.726)	33.696	34.290	57,97	71,41	42,03	28,59
Outros	1.397	2.246	(444)	(873)	953	1.373	68,22	61,13	31,78	38,87
Pessoas individual	9.377	1.636	(3.560)	(613)	5.817	1.023	62,03	62,53	37,97	37,47
Marítimos	11.675	5.333	(5.615)	(2.708)	6.060	2.625	51,91	49,22	48,09	50,78
Aeronáuticos	44.987	29.204	(26.556)	(18.334)	18.431	10.870	40,97	37,22	59,03	62,78
Petróleo	22.202	15.514	(14.216)	(11.460)	7.986	4.054	35,97	26,13	64,03	73,87
Saúde	4.587	336	-	-	4.587	336	100,00	100,00	-	-
Aceitações do exterior	152.390	91.087	(29.038)	(9.333)	123.352	81.754	80,94	89,75	19,06	10,25
Total	786.764	630.881	(352.043)	(231.349)	434.721	399.532	55,25	63,33	44,75	36,67

Prêmio de retrocessão cedida por classe de Companhia:

	31/12/2020	31/12/2019
Resseguradora local	5.690	8.221
Resseguradora admitida	246.619	136.988
Resseguradora eventual	99.734	86.140
Total	352.043	231.349

Prêmio de resseguro e retrocessão aceita por classe:

	31/12/2020	31/12/2019
Seguradora	722.747	588.920
Resseguradora local	23.637	389
Resseguradora admitida	9.798	26.225
Resseguradora eventual	30.582	15.347
Total	786.764	630.881

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

22. Incentivo com base em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de outubro de 2013, foi aprovado o primeiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. (“Austral Participações”), controladora da Companhia.

O primeiro plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reuniões do comitê de gestão realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia.

O segundo plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto da Austral Participações na sua totalidade, no início e fim dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	<u>Quantidade de opções</u>
Total de opções em aberto em 31 de dezembro de 2018	8.682.717
Total de opções canceladas no exercício	(268.964)
Total de opções em aberto em 31 de dezembro de 2019	8.413.753
Total de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2019	8.413.753
Total de opções canceladas no exercício	(3.705.706)
Total de opções em aberto em 31 de dezembro de 2020	4.708.047
Total de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2020	4.708.047

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese que o contrato de trabalho do beneficiário seja rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, mais aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

As 4.708.047 opções em aberto representam uma diluição de até 1,67% sobre um total de 281.519.205 ações da Companhia.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados nas controladas, que fizeram jus às opções da Companhia, está registrado no patrimônio líquido como reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$2.254 (R\$ 4.557 em 31 de dezembro de 2019).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

23 . Detalhamento de contas de resultado

	31/12/2020	31/12/2019
a) <u>Prêmios de resseguro</u>		
Prêmio de resseguros	730.586	611.931
Prêmio risco vigente não emitido	(7.838)	(23.011)
Retrocessões aceitas	64.016	41.961
Variações das provisões técnicas	11.691	(67.095)
Total	798.455	563.786
b) <u>Sinistros ocorridos</u>		
Indenizações avisadas	(727.755)	(609.211)
Despesa com sinistro	(192)	806
Salvados e Ressarcimentos	(1.832)	41.645
Redução ao valor recuperável ressarcimento	(32.118)	-
Variações de sinistros ocorridos e não avisados	(59.807)	(29.362)
Total	(821.704)	(596.122)
c) <u>Custos de aquisição</u>		
Comissões	(26.144)	(17.317)
Variações de despesas de comercialização diferidas	2.803	2.512
Total	(23.341)	(14.805)
d) <u>Outras receitas e despesas operacionais</u>		
Outras receitas de resseguro	761	733
Tarifa bancária	-	(10)
Despesas de administração de contratos	(3.969)	(3.103)
Participação nos lucros de resseguro aceito	4.836	(23.402)
Participação nos lucros de retrocessão aceita	(231)	(1.179)
Outras receitas/(despesas) de resseguro	(3.890)	(1.359)
Redução ao valor recuperável	(2.798)	(206)
Total	(5.291)	(28.526)
e) <u>Resultado com retrocessão</u>		
Sinistros ocorridos e não avisados	44.345	15.457
Despesa com sinistro	44	42
Recuperação de indenização	253.324	246.279
Redução ao valor recuperável recuperação de indenização	(3.334)	-
Salvados e ressarcimentos	2.825	(35.758)
Redução ao valor recuperável ressarcimento	31.779	-
Outros créditos/(débitos)	112	459
Prêmio de retrocessão cedido	(352.043)	(231.349)
Receita com participação nos lucros	(8.322)	89
Variações de prêmio retrocessão cedido	21.335	22.605
Total	(9.935)	17.824

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

f) Despesas administrativas

Pessoal próprio e encargos sociais	(16.774)	(9.330)
Localização e funcionamento	(4.403)	(3.769)
Serviços de terceiros	(10.799)	(11.505)
Depreciação e amortização	(387)	(1.711)
Publicidade e propaganda	24	(540)
Donativos e contribuições	(99)	-
Outros	(924)	(415)
Total	(33.362)	(27.270)

g) Despesa com tributo

Despesas com COFINS	(9.850)	(7.405)
Despesas com PIS	(1.954)	(1.380)
Taxa de fiscalização	(1.298)	(1.081)
Outras	(1.122)	(673)
Total	(14.224)	(10.539)

h) Resultado financeiro

Receitas		
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	27.460	31.147
Títulos disponíveis para venda	75.070	35.053
Operações de resseguros	185.464	77.501
Valorização cambial do disponível	11.667	3.906
Outras receitas	445	332
Despesas		
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	(24.366)	(4.743)
Títulos disponíveis para venda	(28.818)	(12.864)
Provisão desvalorização títulos renda fixa (debêntures)	(385)	-
Operações de resseguros	(182.501)	(70.889)
Desvalorização cambial do disponível	(6.949)	(4.301)
Outras despesas	(930)	(5)
Total	56.157	55.137

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Conselheiros

Bruno Augusto Sacchi Zaremba
Antônio Alberto Gouveia Vieira Filho
Rodolfo Riechert

Diretor-presidente

Bruno de Abreu Freire

Diretoria

Rodolfo Arashiro Rodriguez
Paulo Toshio Hayakawa

Contador

Eduardo Póvoa
CRC 1SP nº223.513/O-6 S-RJ

Atuária

Brenda Fucci Cantisano
MIBA nº 2904